



Circular nº 3/2013

17 de Janeiro de 2013

Assunto: IRS - Tabelas de retenção 2013
Declaração de remunerações mensal Autoridade Tributária
Regime temporário de pagamento de subsídios de Natal e férias

Caro Associado,

Passamos a transmitir a informação sobre as mais recentes alterações legislativas referentes aos assuntos em epígrafe.

A) Tabelas de retenção na fonte de IRS

Foi divulgado o Despacho n.º 796-B/2013, de 14 de Janeiro, com entrada em vigor a 15 de Janeiro, que aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS para 2013.

Relativamente às tabelas agora aprovadas importa referir os seguintes aspectos:

1) Informações contempladas

- Estas tabelas reflectem, designadamente a revisão da tabela das taxas gerais do IRS (taxas finais por escalões) e da taxa de solidariedade (também conhecida como “sobretaxa”);
- Assim, as taxas destas tabelas agora publicadas deverão ser adicionadas da sobretaxa prevista no artigo 187.º da Lei do OE para 2013 (taxa de 3,5%), a qual incide, no entanto, sobre uma base diferente (parte do valor do rendimento mensal líquido que exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida);

2) Procedimentos de aplicação das tabelas

- Estas tabelas de retenção aplicam-se aos rendimentos de trabalho dependente e de pensões pagos ou colocados à disposição após a entrada em vigor do despacho que as aprova, ou seja, a partir de 15 de Janeiro de 2013;
- Nas situações em que o processamento dos rendimentos tenha sido efectuada em data anterior à da entrada em vigor das novas tabelas de retenção na fonte de IRS (15 de Janeiro de 2013) e o pagamento ou colocação à disposição venha a ocorrer já na sua vigência, no decurso do mês de Janeiro (de 15 a 31 de Janeiro de 2013),

devem as entidades devedoras ou pagadoras proceder, até final do mês de Fevereiro de 2013, aos acertos decorrentes da aplicação àqueles rendimentos das novas tabelas de 2013, efectuando em simultâneo, os acertos respeitantes à retenção na fonte da sobretaxa relativa a Janeiro de 2013.

B) Declaração de remunerações mensal AT

- Foi aprovada pela Portaria n.º 6/2013 de 10 de Janeiro complementada pelo Despacho Normativo 1-A/2013, a nova declaração mensal de remunerações AT a entregar até ao dia 10 do mês seguinte (neste caso, não há duplicação de declaração relativamente à que já se envia mensalmente para a Segurança Social, passando a haver comunicação de dados entre as duas entidades, cumprindo à entidade patronal enviar a declaração usual para uma das duas entidades).
- Assim, com referência ao mês de Janeiro de 2013 todos os valores pagos a trabalhadores, a qualquer título têm de ser incluídos nesta nova declaração, ou seja, vai incluir rendimentos sujeitos, não sujeitos e isentos. Assim, por exemplo para o subsídio de alimentação, as ajudas de custo e quilómetros, também se declaram os valores não sujeitos.

C) Regime temporário de pagamentos dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante 2013

Foi aprovado em Assembleia da República no passado dia 16 de Janeiro (Decreto da Assembleia n.º 117/XII), aguardando-se a promulgação por parte do PR para posterior publicação e entrada em vigor (sendo expectável a respectiva aplicação em Fevereiro de 2013 e a possibilidade de efectuar regularizações de forma a considerar os efeitos relativos ao mês de Janeiro de 2013) o estabelecimento de um regime temporário de pagamentos de subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013, e cujas regras principais passamos a referir:

- No caso dos contratos a termo e dos contratos de trabalho temporário, a adopção do regime de pagamento fraccionado dos subsídios de Natal e de férias, nos termos definidos pelo presente diploma, depende de acordo escrito entre as partes;



- O subsídio de Natal deve ser pago da seguinte forma: a) 50% até ao dia 15 de Dezembro de 2013; b) os restantes 50% em duodécimos ao longo do ano de 2013. O não cumprimento desta disposição constitui contra-ordenação muito grave;
- O subsídio de férias deve ser pago da seguinte forma: a) 50% antes do início do período de férias; b) os restantes 50% em duodécimos ao longo de 2013. No caso de gozo interpolado de férias a parte do subsídio de férias referida em a) deve ser paga proporcionalmente a cada período de gozo. Estas regras não se aplicam a férias vencidas antes da entrada em vigor deste diploma. O não cumprimento desta disposição constitui contra-ordenação muito grave;
- Suspende-se durante o ano de 2013 a vigência das normas do Código de Trabalho que respeitam ao pagamento do direito a subsídios de Natal e de férias. Nos contratos de trabalho a termo e dos contratos de trabalho temporário esta suspensão da vigência das normas do Código do Trabalho apenas tem aplicação se existir acordo escrito entre as partes para pagamento fraccionado dos subsídios de Natal e de férias;
- Os pagamentos dos subsídios de Natal e de férias em duodécimos de acordo com o presente diploma são objecto de retenção autónoma, não podendo para o cálculo do imposto a reter ser adicionados às remunerações dos meses em que são pagos ou colocados à disposição do trabalhador;
- O regime estabelecido neste diploma pode ser afastado por manifestação expressa do trabalhador a exercer no prazo de cinco dias a contar da data de entrada em vigor na mesma, aplicando-se neste caso as cláusulas de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho e do contrato de trabalho que disponham em sentido diferente ou, na sua ausência, o previsto no Código do Trabalho;
- O presente diploma reporta os seus efeitos a 1 de Janeiro de 2013.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção